



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

**XXII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa - 02.AGOS.97

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica azul ou preta.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS
BOA SORTE.**

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz DELVIO BUFFULIN - Presidente
Juiz CARLOS ORLANDO GOMES - Vice-Presidente
Dr. Cássio Mesquita Barros Junior - Membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente
Juiz CARLOS FRANCISCO BERARDO
Dra. GILDA FIGUEIREDO FERRAZ DE ANDRADE - Membro da OAB

OBS.: O gabarito desta prova será publicado no dia 05 de agosto de 1997, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II.



**COMISSÃO DE CONCURSO PARA MAGISTRATURA
TRT/2ª REGIÃO**

Rua da Consolação, 1.272 - 5º andar - Torre B - CEP 01302-906 - SP

DIREITO DO TRABALHO

1. Radialista. Contrato de trabalho com cláusula de exclusividade. Legalidade.
 - a) ilegal a exigência contratual.
 - b) a exclusividade é um dos requisitos para a existência de vínculo empregatício de qualquer trabalhador aí incluído o radialista.
 - c) a exigência é legal, podendo o radialista prestar serviços a outra empresa, desde que em outro meio de comunicação e sem que caracterize prejuízo para a primeira contratante.
 - d) a exigência é legal, mas o radialista poderá prestar serviço a outra empresa desde que autorizado pela primeira contratante e com a condição de que não haja prejuízo para a mesma.

2. Indicar nas alternativas aquela que é contemplada pela “doutrina dos atos próprios”.
 - a) empregado move ação contra o empregador para cobrar consectários provenientes de contrato de trabalho.
 - b) empregado que, após haver manifestado sua conduta em determinado sentido, levando a contraparte a abrigar uma lógica segurança sobre a remissão da dívida, adota de improviso a postura contrária, pegando o empregador desprevenido e obrigando-o a abrir um “front” jurídico que acreditava já ultrapassado.
 - c) atuação do trabalhador que, por trás do fato de haver renunciado a seus direitos - expressa ou tacitamente -, os reclama ao empregador em uma atuação contraditória que, “prima facie”, recai dentro da moralidade que pressupõe o fato de vir a favor de “factum proprium”.
 - d) não poderá o trabalhador renunciar a direitos, sendo de nenhum efeito a renúncia tácita ou expressa que lhe trouxer prejuízo.

3. Dirigente de CIPA. Extinção da empresa por motivo de força maior. Consequências quanto à estabilidade.
 - a) com a extinção cessou a estabilidade.
 - b) com a extinção cessou a estabilidade, mas nasceu o direito à indenização.
 - c) com a extinção cessou a estabilidade, mas nasceu o direito à indenização pela metade.
 - d) com a extinção não cessou a estabilidade que prevaleceu na forma de indenização de 50%.

4. O adicional de periculosidade tem incidência:
 - a) sobre o salário mínimo.
 - b) sobre o salário básico.
 - c) sobre o piso salarial da categoria.
 - d) sobre o salário normativo mais adicionais.

5. Férias. Período aquisitivo 05.04.88 a 04.04.89. Os 30 dias de férias tiveram início no dia 25.3.90. Indicar a alternativa correta:
- a) pagamento será feito de forma simples + 1/3.
 - b) pagamento será feito de forma dobrada.
 - c) pagamento será feito de forma dobrada + 1/3.
 - d) pagamento será feito de forma parcialmente dobrada + 1/3.
6. Menor aprendiz. Direitos trabalhistas, sabendo-se que começou a aprendizagem aos 12 anos completos a qual teve a duração de 3 anos:
- a) durante os três anos.
 - b) somente no último ano.
 - c) somente no segundo e no terceiro ano.
 - d) não faz jus a nenhum direito trabalhista.
7. Princípios gerais de direito. Da sua aplicação em sede trabalhista ampla ou restrita:
- a) provêm do próprio direito natural e tem aplicação ampla.
 - b) princípios gerais somente do direito do trabalho.
 - c) têm aplicação restrita, prevalecendo sempre o interesse de classe.
 - d) têm aplicação subsidiária e prevalecerá sempre o interesse público sobre o de classe ou categoria.
8. Direito do Trabalho. Reajuste não pago e ação em que se discute a legalidade do ato do empregador que se negou a aplicar a norma coletiva sob o argumento de que Medida Provisória teria superado a norma coletiva. Ação proposta após decorridos mais de dois anos da rescisão. Indicar alternativa correta:
- a) em sendo direito do trabalhador, a execução poderá ser efetuada a qualquer tempo, prescrevendo somente as parcelas anteriores a dois anos.
 - b) em sendo direito do trabalhador, não há falar em prescrição.
 - c) após decorridos dois anos da rescisão, ocorre a prescrição nuclear.
 - d) após dois anos, ocorre a decadência do direito.
9. Rural. Serviços intermitentes. Intervalo entre uma e outra parte da execução da tarefa diária. Contagem.
- a) serão contados como exercício efetivo.
 - b) não serão contados como exercício efetivo.
 - c) somente serão contados como exercício efetivo se a hipótese estiver ressalvada expressamente na CTPS.
 - d) não serão contados como exercício efetivo se a hipótese estiver ressalvada expressamente na CTPS.
10. Petroquímico. Duração do repouso quando em revezamento de turno de 8 horas.

- a) 24 horas semanais.
- b) 35 horas semanais.
- c) 24 horas a cada três turnos.
- d) 19 horas.

11. Condições insalubres e perigosas. Em ação proposta, o perito constatou a insalubridade no ambiente de trabalho no qual o trabalhador vem laborando nos últimos oito anos. Todavia, verifica-se que a atividade desenvolvida pelo obreiro fora incluída nos quadros aprovados pelo Ministério do Trabalho há apenas dois anos. Consequências.
- a) o adicional somente será devido a partir da inclusão pelo Ministério do Trabalho.
 - b) o levantamento judicial de insalubridade ou periculosidade independe de regras administrativas. Devido, pois, o adicional.
 - c) o adicional é devido sobre todo o período, sendo que as regras administrativas têm efeitos para aqueles empregados admitidos a partir da sua vigência.
 - d) o adicional é devido sobre todo o período, ressalvada a prescrição, caso invocada.

PROCESSO DO TRABALHO

12. Recurso de Revista. Cabimento. Regional decidiu com base em lei estadual que não ultrapassa a sua base territorial:
- a) cabível a Revista em se tratando de matéria legal.
 - b) cabível a Revista face ao princípio da “*una lex una jurisdictio*”.
 - c) em versando o tema sobre lei estadual, incabível a Revista ainda que ultrapasse a base territorial.
 - d) não cabe Revista na forma da lei.
13. Ajuizada a ação, qual o prazo para o Diretor promover a citação? Não encontrando o destinatário, qual o prazo para o Correio devolver a correspondência?
- a) Diretor: 12 dias; Correio: 3 dias.
 - b) Diretor: 48 horas; Correio: 48 horas.
 - c) Diretor: 48 horas; Correio: 5 dias.
 - d) Diretor faz a petição conclusa ao juiz em 48 horas e este promove a citação em cinco dias. Correio devolverá a correspondência em 72 horas.
14. Da nomeação do perito e assistentes técnicos. Exigências quanto ao compromisso:
- a) o perito do juízo será compromissado, prescindindo-se de compromisso para os assistentes técnicos.
 - b) o perito do juízo e os assistentes técnicos não serão compromissados, a critério do juiz.
 - c) de acordo com a lei, ambos serão compromissados.

- d) de acordo com a lei, ambos não serão compromissados.
15. Ajuizada ação trabalhista, o trabalhador, coagido pelo empregador, confessa algo que não é verdadeiro e que poderá determinar a improcedência da ação. Indicar a alternativa correta:
- a) deve peticionar ao juízo explicando os fatos e afirmando que a confissão não tem qualquer valor. Por ocasião do julgamento o juiz apreciará também a sua petição.
 - b) a parte deverá aguardar o julgamento. E, se sucumbente, poderá ajuizar ação anulatória.
 - c) a parte poderá ajuizar ação anulatória incidente.
 - d) fará declaração em cartório com duas testemunhas e juntará aos autos, desdizendo aquilo que confessou. O cartório tem fé pública.
16. Da ação civil pública. Presença do Ministério Público na qualidade de legitimado e de fiscal da lei. Exigências.
- a) em atuando como legitimado, não haverá necessidade de que funcione como fiscal da lei.
 - b) em atuando como legitimado, também estará atuando como fiscal da lei.
 - c) exige a lei a presença do Ministério Público na qualidade de “custos legis” mesmo quando figure como autor.
 - d) a ação civil pública, por ter como legitimado à sua propositura apenas o Ministério Público, prescinde da presença do fiscal da lei.
17. Ministério Público do Trabalho ajuizou ação anulatória para anular cláusula firmada em convenção coletiva que reputa prejudicial aos trabalhadores. Legitimidade e competência.
- a) em se cuidando de direitos individuais, não tem o Ministério Público legitimidade.
 - b) em se cuidando de direitos individuais homogêneos, o Ministério Público tem legitimidade e a competência será de uma das Juntas de Conciliação e Julgamento da base territorial.
 - c) em se cuidando de direitos metaindividuais, o Ministério Público tem legitimidade e a competência é do Tribunal Regional.
 - d) em se cuidando de direitos individuais homogêneos, o Ministério Público tem legitimidade e a competência é do Tribunal Regional.
18. Proposta ação, as partes convencionaram a suspensão do processo. Indicar qual o prazo máximo para tanto.
- a) seis meses.
 - b) um ano.
 - c) 90 dias.
 - d) 120 dias.

19. Execução. Executado que se ausentou do país por tempo indeterminado. Como se procederá à citação?
- a) será feita através de edital.
 - b) será feita por hora certa.
 - c) aguardar-se-á o retorno do executado.
 - d) será feita através de carta rogatória.
20. Agravo Regimental. Empate no julgamento. Consequências.
- a) Em sendo a Turma composta por 5 juizes, não poderá ocorrer o empate.
 - b) Em ocorrendo o empate, haverá o desempate pelo Presidente da Turma que nesse caso votará duas vezes.
 - c) Em ocorrendo o empate, haverá o desempate mediante convocação de juiz de outra Turma.
 - d) Em havendo o empate, prevalece a decisão impugnada.
21. Ocorrência de perempção. Consequências.
- a) nenhuma por inaplicável no processo do trabalho.
 - b) impedimento de propor ação por 6 meses.
 - c) impedimento de propor a mesma ação, mas possibilidade de invocar a matéria em defesa.
 - d) impossibilidade de propor ação, mas possibilidade de invocar a matéria em defesa.
22. Ação rescisória. Matéria sumulada revogada com base em decisão do Supremo Tribunal Federal poderá dar suporte à rescisão de julgado consumado antes da decisão da Excelsa Corte?
- a) antes do STF firmar entendimento, o texto legal era de interpretação controvertida nos tribunais, não desafiando rescisória com o novo entendimento.
 - b) antes do STF firmar entendimento, o texto legal tinha interpretação razoável com suporte em súmula, não desafiando rescisória com o novo entendimento.
 - c) não tem cabimento a decisão rescindenda quando a interpretação dada à época era razoável face à divergência reinante.
 - d) mesmo em existindo súmula sobre a matéria, a interpretação adotada pela Corte Suprema, por ser final, única, e de efeito “ex tunc”, afasta a possibilidade de clima de controvérsia e prestigia o juízo rescindendo.
23. Não localizado o devedor nem bens para penhora, o juiz determinou a suspensão da execução. Decorrido o prazo de um (01) ano, inerte o credor, o juiz determinou o arquivamento dos autos sem que o credor tenha manifestado o seu inconformismo. Quais as consequências após decorridos 2 anos?
- a) haverá a prescrição da execução.
 - b) haverá a decadência do direito de executar.

- c) o arquivamento equivale à extinção da execução uma vez que o credor não manifestou inconformismo.
- d) nenhuma consequência.
24. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Falecimento do titular. Competência para autorizar o levantamento.
- a) Justiça do Trabalho.
- b) Justiça Federal.
- c) Justiça Estadual.
- d) Delegacia Regional do Trabalho.

PROCESSO CIVIL

25. Citação por oficial de justiça. Poderá ser feita:
- a) em qualquer comarca.
- b) somente na comarca em que estiver sediado.
- c) na comarca em que estiver sediado, nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas comarcas que se situem na mesma região metropolitana.
- d) na comarca em que estiver sediado, nas comarcas contíguas e nas que se situem na mesma região metropolitana.
26. Hipótese em que o processo ficou parado por um ano por negligência das partes. Consequências.
- a) arquivamento, ficando as partes responsáveis, proporcionalmente, pelo pagamento de custas.
- b) arquivamento, ficando o autor responsável pelas despesas e pelos honorários.
- c) nenhuma consequência.
- d) arquivamento, com extinção do processo sem julgamento do mérito, com custas proporcionais pelas partes, se feita a intimação pessoal, não suprir a falta em 48 horas.
27. Mandado de Segurança. O impetrante trouxe os fundamentos jurídicos. Não deu o fundamento legal e pleiteou que o “mandamus” fosse apreciado levando em conta a analogia e a equidade:
- a) Correto o pedido, face ao princípio “da mihi factum dabo tibi jus”.
- b) A lei não exige que o impetrante dê o fundamento legal, mas o jurídico. E o julgamento utilizando a analogia e a equidade está previsto no art. 5º da L.I.C.C.
- c) O fundamento jurídico é sinônimo de fundamento legal e o uso da equidade e da analogia é previsto nas regras de hermenêutica.
- d) Inaplicável o princípio da “jura novit curia”. A equidade e a analogia são regras não recepcionadas no julgamento do “writ”. Obrigatório o fundamento legal.

28. Princípios da suficiência e da utilidade.

- a) são qualidades do bacharel em direito quando devidamente inscrito na ordem dos advogados.
- b) são princípios que norteiam a instrução processual.
- c) são princípios que norteiam o poder de polícia do magistrado na direção da audiência.
- d) são princípios que norteiam a execução.

29. Autarquia sucumbente em ação de responsabilidade civil. Juízo não determina a remessa de ofício. Consequências.

- a) sem a remessa não existirá o trânsito em julgado.
- b) o juízo não está obrigado a fazer a remessa de ofício.
- c) o juízo está obrigado a proceder a remessa de ofício, mas, se não o fizer e se a parte não manifestar o seu inconformismo, inevitável será a formação da coisa julgada.
- d) com a nova Carta Política não há mais falar em remessa de ofício.

30. Mandado de Segurança. O juízo federal do Acre deprecou ao juízo federal do Pará para que ele notificasse a autoridade coatora sediada em sua jurisdição. O juízo deprecado, todavia, entendeu que o mandado de segurança só poderia ser processado e julgado por ele (juízo do Pará), já que o impetrado é órgão sediado na Seção Judiciária sob sua jurisdição - Pará.

- a) compete ao juízo deprecado cumprir o pedido.
- b) não compete ao juízo deprecado cumprir ordem de juízo da mesma horizontalidade.
- c) em se tratando de incompetência absoluta, correto o procedimento adotado pelo juízo deprecado.
- d) a competência em razão do lugar é relativa e não compete ao juízo deprecado manifestar-se sobre o tema, mas sim a autoridade dita coatora.

31. O concurso universal tem lugar:

- a) com a falência.
- b) com a insolvência do devedor.
- c) com o excesso de penhora sobre o mesmo bem.
- d) com a reunião de vários devedores e de vários credores.

32. Execução. Terceiro não interessado que paga dívida do devedor.

- a) subroga-se nos direitos do antigo credor.
- b) subroga-se nos direitos, ações e garantias do credor satisfeito.
- c) torna-se titular do crédito, mas deverá buscar a satisfação do seu direito pelas vias ordinárias com todas as garantias.
- d) torna-se titular do crédito e buscará a satisfação pelas vias ordinárias, mas não se lhe transmitem os direitos, ações e garantias do credor satisfeito.

33. Obrigação indivisível. Ação proposta por único credor. Legitimidade. Necessidade da presença de litisconsórcio.
- a) qualquer credor tem legitimidade para exigir a dívida toda com a obrigação de prestar contas aos demais credores.
 - b) qualquer credor tem legitimidade para ajuizar a ação para cobrar a sua parte apenas.
 - c) qualquer credor tem legitimidade para exigir a dívida, mas haverá a necessidade de assistência litisconsorcial dos demais credores.
 - d) os demais credores que não participaram do processo estarão legitimados a levantar o produto da quota que for devida, abatidas as despesas na proporção do seu crédito.
34. Tem-se nas lições da doutrina que “O fim do processo não é teórico, mas prático”. De quem foi essa afirmação?
- a) de Chiovenda.
 - b) de Duguit.
 - c) de Wach.
 - d) de Carnelutti.

DIREITO COMERCIAL

35. Em matéria de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, podemos dizer:
- a) a responsabilidade do sócio é limitada à importância do capital social e tem uma responsabilidade solidária pela falta de pagamento de outras quotas em caso de falência.
 - b) por ser a Ltda. uma sociedade de pessoas, somente pode ter como sócio pessoas naturais, de acordo com o artigo 302, I, do C.Comercial.
 - c) as “quotas” da sociedade são atingidas por absoluta restrição legal de transmissão.
 - d) como sócios podem ser pessoas, considerada a expressão “*lato sensu*”, daí decorre a conclusão lógica de que pode gerenciar a sociedade uma pessoa jurídica sócia.
36. Considerando-se que as quotas de um sócio de determinada sociedade limitada podem ser penhoradas, concluímos que:
- a) não existem meios de impedir que um estranho adquira compulsoriamente o estado de sócio pela penhora da quota.
 - b) a penhora da quota violenta a “*affectio societatis*” e os arrematantes, que a adquirirem na execução processual, de forma alguma se tornarão sócios.
 - c) o melhor a fazer é declarar a quota penhorada fora do mercado e conseqüentemente determinar a retirada do sócio executado, uma vez que se trata de uma sociedade de pessoas.

- d) a solução deve conjugar os interesses dos sócios ou do sócio não executado, da sociedade e buscar saída no processo de execução, ainda que dele não participem aqueles ora referidos, caso contrário ter-se-á que reduzir o capital.

37. É da competência da Assembléia Geral Ordinária:

- a) eleger administradores, reformar o estatuto social.
- b) deliberar sobre as contas apresentadas pelos administradores, alteração e distribuição de dividendo obrigatório.
- c) deliberar sobre o lucro líquido do exercício social, dissolução da Companhia.
- d) examinar as demonstrações financeiras e eleger administradores.

38. Apontar a alternativa correta que corresponda às situações a seguir descritas: utiliza-se da firma no nome comercial, pode ter firma ou denominação; não tem nome comercial; existem sócios de responsabilidade mista; a responsabilidade do sócio é mínima.

- a) Ltda., Em Nome Coletivo, S.A., Capital e Indústria, S.A.
- b) Ltda., Ltda., Comandita Simples, Em Conta de Participação, Em Nome Coletivo.
- c) Em Conta de Participação, Em Comandita Simples, Em Comandita Por Ações, De Capital e Indústria, S.A.
- d) Em Nome Coletivo, Ltda., Em Conta de Participação, Em Comandita Simples, S.A.

DIREITO CIVIL

39. Devedor de dívida prescrita efetuou o seu pagamento. Qual a ação que deverá ser utilizada?

- a) ação ordinária de cobrança, posto que ao efetuar o pagamento de dívida prescrita passou a ser credor do antigo credor.
- b) ação de responsabilidade civil, posto que o ressarcimento deverá ser indenizatório em valor igual ao pago mais juros e correção monetária.
- c) ação de repetição do indébito, posto que com a prescrição desaparecera o seu dever de pagar.
- d) nenhuma das hipóteses retro.

40. Considera-se dívida líquida aquela:

- a) da qual se conhece o valor líquido.
- b) que tem obrigação certa.
- c) que tem obrigação certa quanto à sua existência e determinada quanto ao seu objeto.
- d) que tem obrigação certa quanto à sua existência, determinada quanto ao seu objeto e conhecido o seu valor (“quantum debeatur”).

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Em relação ao poder de polícia é possível dizer:
- a) a polícia administrativa rege-se por normas administrativas.
 - b) o poder de polícia sempre se expressa através de competência exclusivamente discricionária.
 - c) a polícia administrativa caracteriza-se por expor à responsabilidade os infratores.
 - d) a polícia judiciária impede e paralisa as atividades anti-sociais.
42. O princípio da responsabilidade do Estado nos atos administrativos, segundo a Constituição Federal, diz que:
- a) aplica-se indistintamente a quaisquer funções públicas, mas é restrita a danos provenientes de atos administrativos.
 - b) a responsabilidade do Estado é objetiva, mesmo nas hipóteses em que inexistam dolo ou culpa, desde que por atos comissivos.
 - c) existe direito de regresso contra o agente responsável somente nos casos de dolo e culpa.
 - d) a responsabilidade do Estado é objetiva, mesmo em caso que inexistam dolo ou culpa, tanto para os atos comissivos como para os omissivos.
43. Quando o ato administrativo concluiu o seu ciclo de formação e, apesar de não se achar conformado às exigências normativas, ainda assim produz efeitos, podemos dizer que:
- a) o ato é perfeito, válido e ineficaz.
 - b) o ato é perfeito, inválido e eficaz.
 - c) o ato é imperfeito, inválido e eficaz.
 - d) o ato é perfeito, válido e eficaz.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

44. Aponte a alternativa em que aparece um segurado facultativo:
- a) é segurado o ministro de confissão religiosa e o brasileiro civil que trabalha no exterior em organismo internacional.
 - b) maior de 14 anos de idade que presta serviços de natureza rural e o empresário.
 - c) empregado doméstico e estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar de forma subordinada em empresa no exterior, pertencente a brasileiros.
 - d) maior de 14 anos de idade, autônomo e o garimpeiro.
45. Os créditos da seguridade social:

- a) não prescrevem.
- b) aplica-se a prescrição quinquenal prevista na Constituição Federal.
- c) prescrevem em 20 anos.
- d) prescrevem em 10 anos.

46. Aponte a alternativa ~~incorreta~~:

- a) a aposentadoria por invalidez tem por pressuposto a cessação do auxílio-doença, mesmo em caso de doença de segregação compulsória.
- b) para os efeitos da lei da previdência, empresa é o autônomo em relação ao segurado que lhe presta serviços.
- c) os benefícios assegurados pela previdência são devidos em razão da contribuição.
- d) o segurado é quem contribui para o custeio da Previdência, diferenciando-se do dependente que tem uma filiação acessória àquele.

DIREITO CONSTITUCIONAL

47. Uma das alternativas abaixo revela instituto que visa proteger a esfera íntima dos indivíduos contra a conservação de dados com fins diversos dos autorizados por lei:
- a) mandado de injunção.
 - b) *habeas corpus*.
 - c) *habeas data*.
 - d) direito de petição.
48. A manifestação de cidadãos num logradouro público, com insígnias e bandeirolas, é expressão de direitos individuais coletivos protegidos em nossa Carta Magna, a saber:
- a) liberdade de locomoção e associação.
 - b) liberdade de reunião e de associação.
 - c) liberdade de reunião e de participação.
 - d) liberdade de locomoção e de reunião.

DIREITO PENAL

49. Advogado retira os autos no cartório e os retém dolosamente. Intimado nos termos da lei processual civil, deixa de devolvê-los no prazo marcado. Sabe-se que tem procuração nos autos. Qual o enquadramento penal da sua conduta.
- a) não comete nenhum crime mas apenas infração administrativa punível pela Ordem dos Advogados do Brasil.
 - b) crime de sonegação de objeto.
 - c) fraude processual.

d) desobediência à decisão judicial.

DIREITO INTERNACIONAL

50. O Brasil, como outros países, tem um sistema próprio para recepcionar as normas de um Tratado assinado e ratificado, incorporando-as à Ordem Jurídica. Tal sistema processa-se através de dois momentos, a saber:
- a) sanção presidencial e decreto legislativo.
 - b) decreto executivo e decreto legislativo.
 - c) decreto legislativo e decreto executivo.
 - d) decreto legislativo e Portaria do Executivo.